



Dezembro 2025
N.º 07 | Ano 07

BOLETIM DE ESTABILIDADE FINANCEIRA



Dezembro 2025
N.º 07 | Ano 07

BOLETIM DE ESTABILIDADE FINANCEIRA



Dezembro 2025
N.º 07 | Ano 07

BOLETIM DE ESTABILIDADE FINANCEIRA

Edição

Banco de Moçambique
Departamento de Análise Macroprudencial
Avenida 25 de Setembro
Telefone: (+258) 21354600/700 Fax: (+258) 21 32 23 24/7 C. P. 423

Layout:

Gabinete de Comunicação e Imagem
Telefone: (+258) 21354600/700 Fax: (+258) 21 421361

Impressão

Centro de Documentação e Informação
Banco de Moçambique
Telefone: (+258) 21354600/700 Fax: (+258) 21 421361

Tiragem

500 exemplares

Prefácio

A Lei Orgânica estabelece como uma das funções do Banco de Moçambique (BM) supervisionar as instituições de crédito e sociedades financeiras (ICSF). A supervisão das ICSF é feita com recurso à combinação de ferramentas de natureza prudencial que concorrem para assegurar a estabilidade do sistema financeiro.

A estabilidade financeira pressupõe um sistema financeiro sólido, robusto e resiliente, que reduza a possibilidade de ocorrência de perturbações suficientemente graves, com impacto adverso na economia real.

O BM implementa a política macroprudencial através do reforço da resiliência do sector bancário a choques e desequilíbrios financeiros, e prevenção do risco sistémico. O BM dispõe de diversos instrumentos de política destinados a prevenir e mitigar o crescimento excessivo do crédito e da alavancagem, a falta de liquidez no mercado, as concentrações de exposições, bem assim, da assumpção de riscos excessivos por parte de instituições sistemicamente importantes.

A função de autoridade de resolução bancária do BM foi reforçada pela Lei n.º 20/2020, de 31 de Dezembro. Este quadro legal fortalece os mecanismos e instrumentos de resolução de instituições em risco de inviabilidade ou de insolvência, assegurando uma intervenção tempestiva e a recuperação ou liquidação ordeira das mesmas, minimizando desta forma repercussões negativas sobre o sistema financeiro.

O Boletim de Estabilidade Financeira (BEF) é uma publicação anual do Banco de Moçambique sobre os desenvolvimentos na estabilidade financeira durante o primeiro semestre de cada ano. A presente edição faz a análise relativamente ao primeiro semestre de 2025 e inclui as determinantes da conjuntura internacional e doméstica, o desempenho do sistema financeiro nacional, a evolução dos riscos e vulnerabilidades, e as medidas de política macroprudencial em vigor.

O Governador
Rogério Lucas Zandamela

Índice Geral

Sumário Executivo	11
I. SISTEMA FINANCEIRO INTERNACIONAL	14
II. SISTEMA FINANCEIRO DOMÉSTICO	18
2.1. Sector Bancário.....	18
2.1.1. Níveis de Concentração do Sector Bancário	18
2.1.2. Estrutura do Balanço.....	19
2.1.3. Indicadores de Solidez Financeira	21
2.1.4. Instituições de Crédito Domésticas de Importância Sistémica.....	24
2.1.5. Instituições de Moeda Electrónica.....	25
2.2. Fundos de Pensões	26
2.3. Sector de Seguros	28
2.4. Mercado de Valores Mobiliários	29
III. AVALIAÇÃO DO RISCO SISTÉMICO	33
IV. VULNERABILIDADES DO SISTEMA FINANCEIRO	36
V. DECISÕES DE POLÍTICA MACROPRUDENCIAL	39
Glossário.....	42

Gráficos

Gráfico 1: Índice MSCI World	14
Gráfico 2: Volatilidade do Preço das Acções dos EUA — Índice VIX.....	14
Gráfico 3: Dívida Pública – Economias Avançadas.....	16
Gráfico 4: Dívida Pública – Economias de Mercados Emergentes	16
Gráfico 5: Rendimentos dos Títulos Públicos – Economias Avançadas	16
Gráfico 6: Rendimentos dos Títulos Públicos – Economias de Mercados Emergentes.....	16
Gráfico 7: Preços dos Imóveis – China.....	17
Gráfico 8: Principais Rubricas do Activo.....	19
Gráfico 9: Principais Rubricas do Passivo	20
Gráfico 10: Peso dos Depósitos por Moeda	20
Gráfico 11: Evolução e Composição dos Depósitos.....	20
Gráfico 12: Evolução do <i>Tier I</i> , <i>Tier II</i> , Fundos Próprios, Activos Ponderados pelo Risco e Rácio de Solvabilidade	21
Gráfico 13: Adequação de Capital e Rácio de alavancagem	21
Gráfico 14: Rácio de Cobertura do NPL	22
Gráfico 15: Peso do NPL por Sectores de Actividade Económica	22
Gráfico 16: Peso do Crédito Garantido por Imóveis sobre o Crédito Total.....	22
Gráfico 17: Evolução do ROA e ROE.....	23
Gráfico 18: Evolução do Rácio <i>Cost-to-Income</i>	23
Gráfico 19: Rácio de Transformação.....	23
Gráfico 20: Depósitos dos Fundos de Pensões no Sector Bancário	27
Gráfico 21: Aplicações dos Fundos de Pensões no MVM.....	28
Gráfico 22: Produção Global do Sector de Seguros (%)	28
Gráfico 23: Peso das Aplicações do Sector de Seguros no MVM.....	29
Gráfico 24: Peso dos Sectores do Sistema Financeiro no MVM.....	30
Gráfico 25: Capitalização Bolsista	30
Gráfico 26: Peso dos Diversos Segmentos do MVM na Capitalização Bolsista.....	32
Gráfico 27: Estrutura da Dívida Pública Interna junto ao Sector Bancário	32
Gráfico 28: Peso do Volume de Transacções por Categoria de Valores Mobiliários	32
Gráfico 29: Taxas de Juros das Obrigações Cotadas na BVM e <i>Prime Rate</i>	32
Gráfico 30: Evolução do Índice do Risco Sistemico	33
Gráfico 31: Evolução das Categorias do Risco Sistemico.....	33

Tabelas

Tabela 1: Concentração do Sector Bancário – Índice de Herfindahl-Hirschman	19
Tabela 2: Principais Indicadores de Liquidez	23
Tabela 3: Estrutura das Fontes de Financiamento do Sector Bancário	24
Tabela 4: Indicadores de Solidez Financeira Seleccionados para D-SIBs.....	25
Tabela 5: Posição do Balanço e Demonstração de Resultados das IME	26
Tabela 6: Crédito Concedido às Seguradoras — Junho de 2025	28
Tabela 7: Crédito Segurado — Junho de 2025	29
Tabela 8: Emissões Cotadas na BVM	32
Tabela 9: <i>Stock</i> da Dívida Pública	36

Caixas

Caixa 1: Índice Morgan Stanley Capital International (MSCI) World	15
Caixa 2: Regulamentação dos Riscos Relacionados com as Mudanças Climáticas	38
Caixa 3: A Avaliação dos Planos de Recuperação no Contexto da Estabilidade Financeira	40

Anexo

Anexo 1: Principais Indicadores de Solidez Financeira	44
---	----

Siglas

BCI	Banco Comercial e de Investimentos, S.A.
BIM	Banco Internacional de Moçambique, S.A.
BM	Banco de Moçambique
BT	Bilhetes do Tesouro
BVM	Bolsa de Valores de Moçambique
CE/PIB	Índice do crédito à economia sobre o produto interno bruto
D-SIBs	<i>Domestic systemically important banks</i> (bancos domésticos de importância sistémica)
DTI	<i>Debt-to-income</i> (rácio entre o valor das prestações dos empréstimos e os rendimentos do mutuário)
EUA	Estados Unidos da América
IME	Instituições de moeda electrónica
ISSM	Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique
LTV	<i>Loan-to-value</i> (rácio entre o montante do empréstimo e o valor da garantia)
MVM	Mercado de Valores Mobiliários
NPL	<i>Non-performing loan</i> (crédito em incumprimento)
OT	Obrigações do Tesouro
PIB	Produto interno bruto
ROA	<i>Return on assets</i> (rendibilidade dos activos)
ROE	<i>Return on equity</i> (rendibilidade dos capitais próprios)

Sumário Executivo

O sistema financeiro global manteve-se resiliente, apesar dos riscos decorrentes das tensões comerciais e geopolíticas, que contribuíram para a volatilidade do mercado global e perdas significativas em algumas classes de activos.

O desempenho dos mercados financeiros globais foi afectado por alterações bruscas na política externa dos Estados Unidos da América (EUA) e pela continuidade das tensões resultantes dos conflitos militares na Ucrânia e no Médio Oriente, que condicionaram as cadeias de abastecimento e os fluxos comerciais, com repercussões na dinâmica dos mercados financeiros e na actividade económica global.

A dinâmica dos mercados globais foi influenciada pela redução da confiança dos agentes económicos, com reflexos na volatilidade dos activos e na correcção de preços dos mercados financeiros internacionais.

A nível doméstico, o sistema financeiro continua estável, não obstante a prevalência de choques internos e externos, com registo de ligeira aceleração da taxa de crescimento do sistema financeiro. O sistema financeiro registou uma aceleração do ritmo de crescimento em termos acumulados, no primeiro semestre de 2025, situando-se em 1,99 %, contra 1,60 % verificados em igual período de 2024.

O BM continuou o processo de normalização da taxa MIMO¹, o que contribuiu para o reforço dos pilares da estabilidade financeira no médio prazo. A taxa de juro de referência para o crédito, a *prime rate*, continuou a reduzir-se, em linha com a evolução da taxa MIMO, mesma tendência observada nas taxas de juro a retalho do sector bancário.

¹ Taxa de Juro de Política Monetária

O sector bancário permaneceu estável, com rentabilidade satisfatória e níveis adequados de capitalização e liquidez. Em Junho de 2025, os rácios de rentabilidade dos activos (ROA) e de rentabilidade dos capitais próprios (ROE) fixaram-se em 3,83 % e 15,64 %, respectivamente. O rácio de solvabilidade global fixou-se em 25,26 %, nível acima do mínimo regulamentar de 12,00 %. Por outro lado, o rácio de cobertura de liquidez de curto prazo fixou-se em 59,65 %, igualmente acima do mínimo regulamentar de 25,00 %.

O rácio de crédito em incumprimento (rácio de NPL) apresentou uma tendência decrescente. Em Junho de 2025, este indicador fixou-se em 7,85 %, após 9,35 % registados em Dezembro de 2024. Por seu turno, o rácio de cobertura do NPL fixou-se em 54,28 % em Junho de 2025, contra 60,29 % observados em Dezembro de 2024.

O sector bancário continuou a mostrar concentração no que concerne às quotas de mercado. Em Junho de 2025, a actividade do sector bancário continuou concentrada nos D-SIBs, com quotas dos activos, depósitos e créditos de 59,72 %, 63,58 % e 54,17 %, respectivamente.

Os fundos de pensões evidenciaram ser uma fonte menos expressiva para o financiamento do sector bancário, entretanto, relevante para o Mercado de Valores Mobiliários (MVM). Os depósitos dos fundos de pensões representavam 0,36 % do total de depósitos do sector bancário. Por seu turno, o peso do valor dos títulos detidos pelos fundos de pensões sobre o total dos títulos do sector do MVM foi de 36,52 %.

O segmento de seguros registou uma queda do volume de negócios, determinada pela diminuição das subscrições de serviços de seguros. Com efeito, a produção global reduziu-se em 4,00 %, em Junho de 2025, comparativamente ao período homólogo de 2024.

O MVM continuou a ser dominado por investimentos em títulos públicos. Neste contexto, os títulos públicos são responsáveis por 86,00 % do total da capitalização bolsista.

O risco sistémico permaneceu no nível moderado. Este comportamento é explicado pela manutenção dos níveis de risco em todas as componentes.

O BM manteve todos os instrumentos da política macroprudencial em vigor, de modo a absorver as potenciais perdas resultantes da materialização de riscos e vulnerabilidades no sistema financeiro. Os requisitos de capital adicional para os D-SIBs e Quase D-SIBs permanecem em 2,0 % e 1,0 %, respectivamente. Adicionalmente, o rácio entre o montante do empréstimo e o valor da garantia (LTV) e o rácio entre o valor das prestações dos empréstimos e os rendimentos do mutuário (DTI) continuam com limites máximos de 100 %, respectivamente.

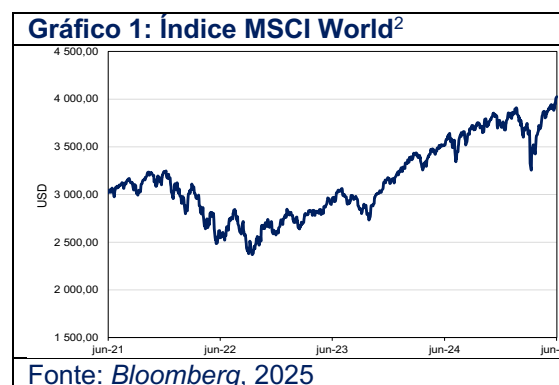
I. SISTEMA FINANCEIRO INTERNACIONAL

O sistema financeiro global manteve-se resiliente, apesar dos riscos decorrentes da crescente tensão comercial, das tensões geopolíticas, choques climáticos e cibernéticos, que contribuíram para a volatilidade do mercado global e perdas significativas em algumas classes de activos.

O semestre foi marcado por alterações bruscas na política externa dos EUA, particularmente no domínio comercial e geoestratégico, e pela continuidade das tensões resultantes dos conflitos militares na Ucrânia e no Médio Oriente, que condicionaram as cadeias de abastecimento e os fluxos comerciais, com repercussões na dinâmica dos mercados financeiros e na actividade económica global.

A imprevisibilidade das medidas de política económica nos EUA e a redução da confiança dos agentes económicos afectaram a volatilidade dos activos, sobretudo os de maior risco, e aumentou as probabilidades de correcção de preços nos mercados financeiros internacionais (Gráfico 1).

² Sobre o índice MSCI World vide caixa 1.



As incertezas e a imprevisibilidade das tarifas afectaram, igualmente, a volatilidade das acções, com registo de perdas assinaláveis e rotação intensa de investimentos nos mercados bolsistas dos EUA. (Gráfico 2).



O desempenho dos mercados financeiros foi, igualmente, influenciado, no semestre, pelos receios de retaliação da postura política dos EUA e pelo potencial risco de enfraquecimento das relações entre os EUA e a Europa.

³ Índice VIX é um indicador que estima a volatilidade esperada do mercado de acções dos Estados Unidos.

Caixa 1: Índice Morgan Stanley Capital International (MSCI) World

O **MSCI World** é um índice bolsista global, amplamente seguido, que mede o desempenho das acções de mais de 1.300 empresas de grande e média capitalização em 23 países desenvolvidos.

As economias que estão no escopo do índice **MSCI World** são: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Hong Kong, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Holanda, Nova Zelândia, Estados Unidos da América, Noruega, Portugal, Singapura, Suécia, Suíça e Reino Unido.

Para além do **MSCI World**, existem outros 3 índices MSCI, designadamente: (i) **MSCI ACWI** – que reflecte o desempenho das acções de diferentes empresas tanto dos mercados emergentes quanto dos desenvolvidos; (ii) **MSCI Emerging Markets** – que reflecte o desempenho de acções de empresas de países emergentes; e (iii) **MSCI ESG** – que agrupa as empresas com alto padrão de critérios ambientais, sociais e de governança.

Os índices **MSCI** são indicadores de desempenho do mercado de acções em uma determinada área geográfica ou conjunto de acções globais e funcionam como uma espécie de termómetro do mercado financeiro, ao permitir que os investidores comparem o desempenho de fundos e carteiras de investimento com o desempenho desses índices.

A valorização dos índices sinaliza o optimismo e confiança dos investidores globais associado à percepção de menor risco, num contexto de crescimento da economia e bom desempenho das empresas.

No sentido contrário, a redução dos índices sinaliza a percepção de incremento do risco dos investidores associado, muitas vezes, a instabilidades geopolíticas, recessões e a crises financeiras, com reflexos no desempenho do sistema financeiro.

O desempenho positivo do índice **MSCI World** reflecte a estabilidade das economias desenvolvidas, resultado de um ambiente de negócios estável e rentável.

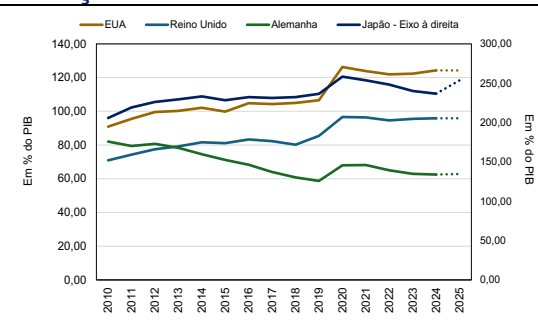
Os Relatórios do Banco de Moçambique sobre a estabilidade financeira consideram este índice na avaliação da dinâmica do mercado financeiro, estando em linha com experiências internacionais neste domínio.

A deterioração do ambiente geopolítico levou os governos das economias avançadas a incrementarem as despesas em segurança e fortalecimento de infra-estruturas tecnológicas, suportadas em parte pelo endividamento público, com impacto na carteira de empréstimos soberanos e revisão em alta das projecções de endividamento, colocando desafios acrescidos na gestão da sustentabilidade da dívida pública, principalmente na Zona do Euro, representando uma vulnerabilidade para a estabilidade financeira global. (Gráficos 3 e 4).

Nas economias dos mercados emergentes persistem preocupações com a dívida pública, num cenário marcado por espaço fiscal limitado.

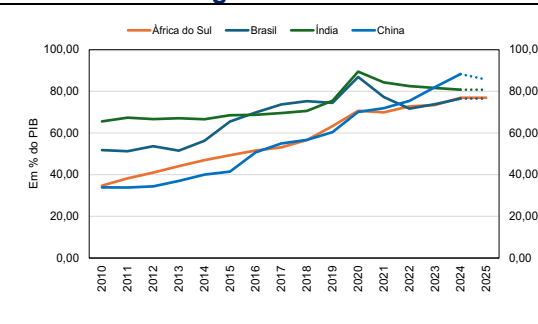
As taxas de juro dos títulos de dívida pública de longo prazo dos EUA incrementaram, contrariamente à redução das taxas de juro de títulos da Zona Euro e das economias dos mercados emergentes, reflexo da perda de confiança na economia dos EUA (Gráficos 5 e 6).

Gráfico 3: Dívida Pública – Economias Avançadas



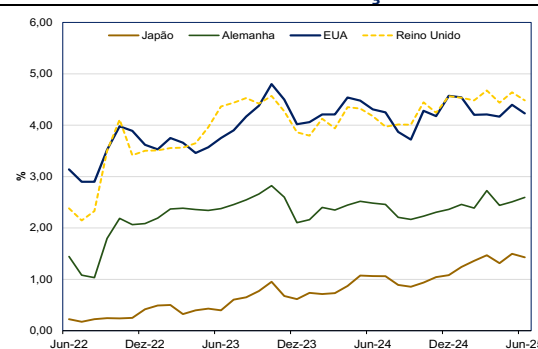
Fonte: *Trading Economics*, 2025

Gráfico 4: Dívida Pública – Economias de Mercados Emergentes



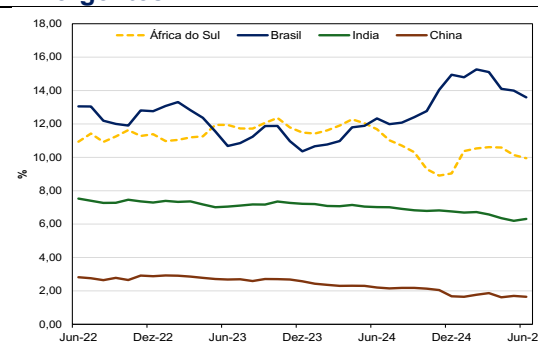
Fonte: *Trading Economics*, 2025

Gráfico 5: Rendimentos dos Títulos Públicos – Economias Avançadas



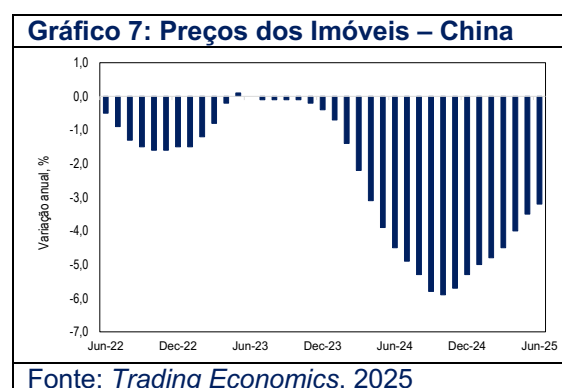
Fonte: *Bloomberg*, 2025

Gráfico 6: Rendimentos dos Títulos Públicos – Economias de Mercados Emergentes



Fonte: *Bloomberg*, 2025

Embora a confiança das famílias se tenha deteriorado devido ao elevado nível de incertezas, face à pressão comercial dos EUA, os riscos no sector imobiliário estão relativamente contidos ao nível global, não obstante os desafios do mercado chinês associados ao endividamento excessivo de grandes construtoras, que pode gerar instabilidade no mercado global, queda da procura por imóveis e excesso de oferta (Gráfico 7).



Os mercados financeiros globais continuaram expostos aos riscos cibernéticos e climáticos.

As tensões geopolíticas associadas à crescente digitalização e o recurso a prestadores de serviços externos contribuíram para o ressurgimento de ataques cibernéticos ao sector financeiro, maioritariamente direccionados às instituições bancárias, facto que levou ao reforço da resiliência do sistema financeiro das economias avançadas e dos mercados emergentes às ciberameaças.

A ocorrência de eventos climáticos extremos, cada vez mais recorrentes, traz preocupações sobre a estabilidade financeira global.

A mitigação dos impactos dos riscos climáticos é um desafio corrente, entretanto, condicionado pelas tensões geopolíticas, que limitam a implementação de políticas para mitigação dos efeitos dos riscos físicos e investimento na transição.

II. SISTEMA FINANCEIRO DOMÉSTICO

Os principais indicadores financeiros mostram que o sistema financeiro moçambicano continua estável, sólido e bem capitalizado, não obstante a prevalência de choques internos e externos. O sistema financeiro registou um crescimento acumulado de 1,99 % no primeiro semestre de 2025, contra 1,60 % verificados em igual período de 2024.

2.1. Sector Bancário

Durante o período em análise, o sector bancário manteve-se estável, com rendibilidade satisfatória e níveis adequados de capitalização e liquidez.

O rácio de solvabilidade global fixou-se em 25,26 %, cifra acima do mínimo regulamentar de 12,00 %, o que consubstancia uma margem confortável para fazer face a desequilíbrios financeiros.

Os resultados líquidos ascenderam a 14,13 mil milhões de meticais, representando, no entanto, uma diminuição de 12,15 % em relação ao período homólogo de 2024. Deste resultado, 8,88 mil milhões de meticais

(62,85 %) foram obtidos pelo BCI, Standard Bank e BIM, classificados como bancos domésticos de importância sistémica (D-SIBs).

Por outro lado, a liquidez do sector bancário continuou a apresentar níveis satisfatórios, com o rácio de liquidez global a situar-se em 59,65 %, acima do nível mínimo regulamentar de 25,00 %.

Relativamente à qualidade dos activos, o rácio de NPL fixou-se em 7,85 %, após 9,35 % em Dezembro de 2024, e continuou acima do limite máximo internacionalmente recomendado de 5,00 %.

2.1.1. Níveis de Concentração do Sector Bancário

No período em análise, os D-SIBs representavam conjuntamente 59,72 %, 63,58 %, e 54,17 % dos activos, depósitos e crédito do sector bancário, respectivamente, contra 59,85 %, 64,03 % e 54,41 % observados em Dezembro de 2024.

O Índice Herfindahl-Hirschman (IHH)⁴ dos activos, depósitos e crédito fixou-se em 1.377, 1.581 e 1.342 pontos, respectivamente, indicando um nível de concentração razoável no sector (Tabela 1).

Tabela 1: Concentração do Sector Bancário – Índice de Herfindahl-Hirschman

	Dez-22	Jun-23	Dez-23	Jun-24	Dez-24	Jun-25
IHH - Activos	1533	1432	1410	1434	1378	1377
Três maiores bancos (D-SIBs)	64,45%	60,99%	60,78%	61,73%	59,85%	59,72%
Cinco maiores bancos	77,74%	76,41%	75,68%	75,57%	74,99%	74,78%
Dez maiores bancos	89,77%	89,35%	88,55%	87,84%	87,03%	87,04%
IHH - Depósitos	1707	1657	1657	1660	1597	1581
Três maiores bancos (D-SIBs)	68,01%	66,07%	66,16%	66,14%	64,03%	63,58%
Cinco maiores bancos	82,04%	81,50%	81,43%	80,96%	80,33%	79,91%
Dez maiores bancos	93,68%	94,84%	95,24%	94,98%	94,77%	94,53%
IHH - Créditos	1294	1286	1320	1365	1368	1342
Três maiores bancos (D-SIBs)	54,23%	54,07%	54,37%	54,53%	54,41%	54,17%
Cinco maiores bancos	72,63%	72,51%	72,09%	72,29%	72,39%	71,92%
Dez maiores bancos	89,81%	90,17%	89,68%	90,50%	91,06%	90,93%

Fonte: BM, 2025

2.1.2. Estrutura do Balanço

2.1.2.1. Activo

Em Junho último, os activos do sector bancário ascenderam a 1.066,75 milhões de meticais, representando um crescimento de 4,40 % no semestre (4,70 % em igual período de 2024).

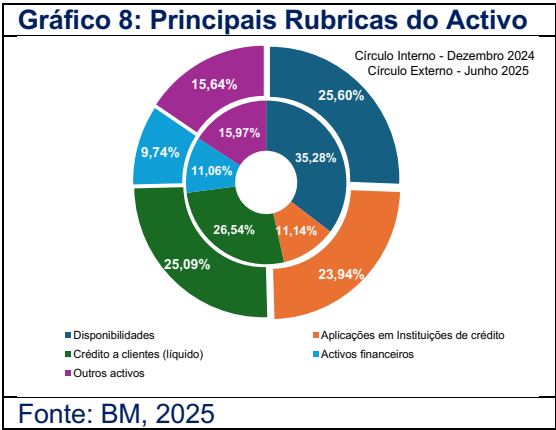
Esta variação positiva é justificada, essencialmente, pelo crescimento das aplicações em instituições de crédito e activos financeiros.

Em termos de composição do activo, o sector bancário continuou a privilegiar o investimento em activos de elevada

liquidez e rendibilidade, com destaque para disponibilidades, aplicações em instituições de crédito e activos financeiros, que representavam 59,28 % do total do activo (57,48% em Dezembro de 2024).

O crédito líquido de imparidades continua a representar uma parcela substancial do balanço do sector bancário, com um peso de 25,09 %, não obstante a redução deste em 1,45 pp comparativamente a Dezembro de 2024.

A rubrica “outros activos” correspondia a 15,64 % do activo, após 15,97 % em Dezembro de 2024 (Gráfico 8).



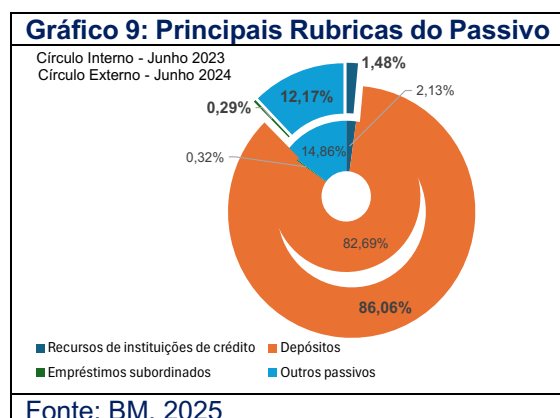
⁴ O Índice Herfindahl – Hirschman (IHH) é definido como a soma dos quadrados das quotas de mercado das firmas a operar num mercado, assim traduzindo o grau de concentração nesse mercado. Valores inferiores a 1000 indicam ausência de concentração, valores superiores

1800 indicam elevada concentração e valores entre 1000 e 1800 indicam concentração razoável. "Forum Think Finance - Internet, Fevereiro de 2012".

2.1.2.2. Passivo

O passivo total do sector bancário ascendeu a 879,92 mil milhões de meticais, representando um aumento de 4,08 % no semestre (6,43 % em igual período de 2024).

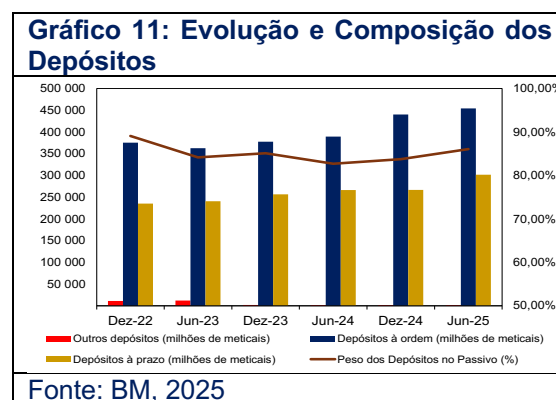
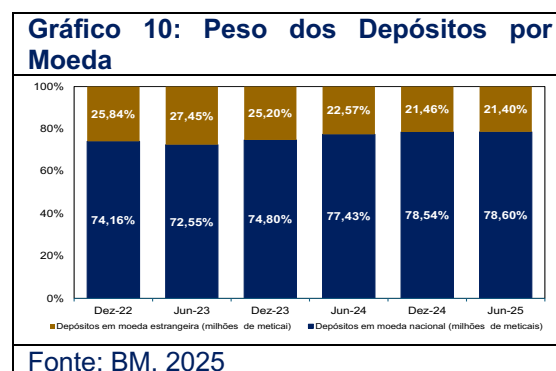
Os depósitos, que constituem a principal fonte de financiamento da actividade bancária, fixaram-se em 757,29 mil milhões de meticais, dos quais 78,60 % em moeda nacional e o remanescente em moeda estrangeira (Gráfico 9).



O peso dos depósitos em moeda estrangeira sobre os depósitos totais manteve a tendência decrescente registada nos últimos 5 semestres, ao fixar-se em 21,40 % (Gráfico 10).

Quanto à estrutura de depósitos de clientes, os depósitos à ordem continuam mais expressivos na carteira total, tendo alcançado 454,34 mil milhões de meticais (60,00%), seguidos dos depósitos a prazo, no

montante de 301,6 mil milhões de meticais (39,82%), e outros depósitos, que atingiram 1,36 milhões de meticais (Gráfico 11).



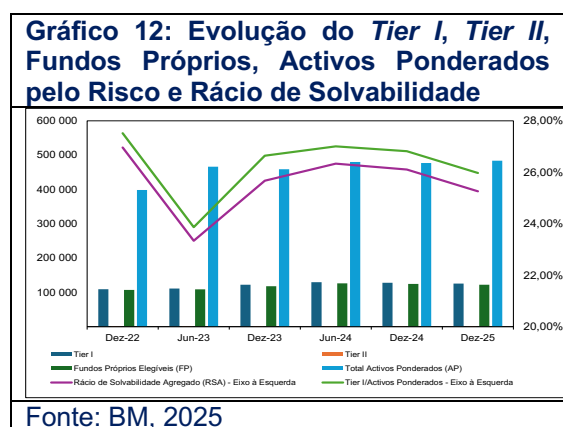
2.1.3. Indicadores de Solidez Financeira

2.1.3.1. Adequação de Capital

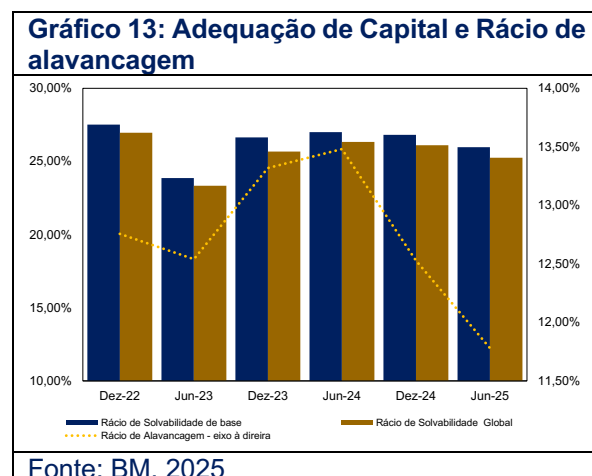
O sector bancário manteve-se sólido durante o primeiro semestre de 2025.

Neste contexto, o rácio de solvabilidade global fixou-se em 25,26 %, após 26,11 % em Dezembro de 2024, acima do mínimo regulamentar (12,0 %). Esta variação, no semestre, deveu-se à diminuição dos fundos próprios em 1,90 % e ao incremento dos activos ponderados pelo risco em 1,40 %.

O rácio de solvabilidade de base situou-se em 25,97 % (26,82 % em Dezembro), acima do mínimo regulamentar (10,0 %). Esta redução, no semestre, é explicada pela diminuição do *Tier 1* em 1,81 % e pelo aumento dos activos ponderados pelo risco em 1,40 % (Gráfico 12).



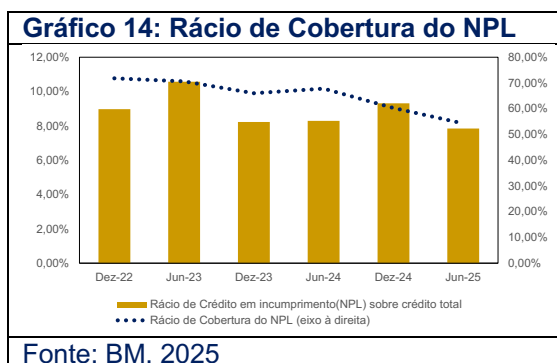
O rácio de alavancagem, outro indicador de adequação do capital, que mede a dimensão em que os activos totais e extrapatrimoniais são financiados pelos capitais próprios, fixou-se em 11,78 % contra 12,52 % em Dezembro de 2024 (gráfico 13).



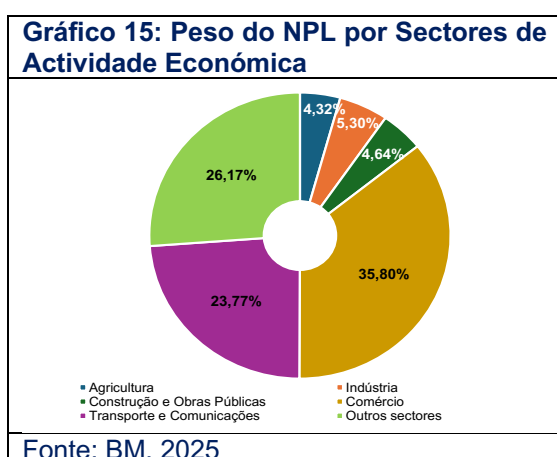
2.1.3.2. Qualidade de Activos

A qualidade do activo, medida pela proporção do crédito vencido há mais de 90 dias (NPL) sobre o crédito total, registou melhorias no período em análise. Com efeito, o rácio do NPL reduziu-se para 7,85 %, depois de 9,35% em Dezembro de 2024, todavia acima do limite de 5,0 %, internacionalmente recomendado.

No mesmo período, a cobertura do NPL pelas provisões específicas reduziu-se, ao transitar de 60,29 %, em Dezembro de 2024, para 54,28 %, em Junho de 2025 (Gráfico 14).



Em termos de distribuição do peso do NPL por sectores de actividade económica, a maior concentração registou-se no comércio, com 35,80 %, seguido de transportes e comunicações, com 23,77 % (Gráfico 15).

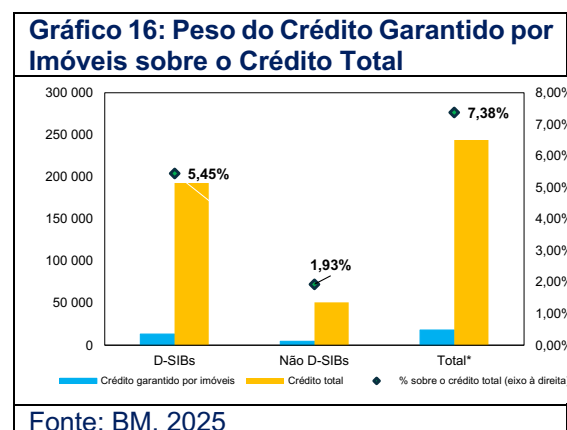


2.1.3.3. Crédito Garantido por Imóveis

Prevalece a baixa exposição do sector bancário em relação aos financiamentos garantidos por imóveis.

No período em análise, o volume de crédito garantido por imóveis fixou-se em 17,99 mil milhões de meticais,

correspondente a 7,38 % da carteira total. Os D-SIBs representam 73,82 % dos financiamentos garantidos por imóveis (Gráfico 16).



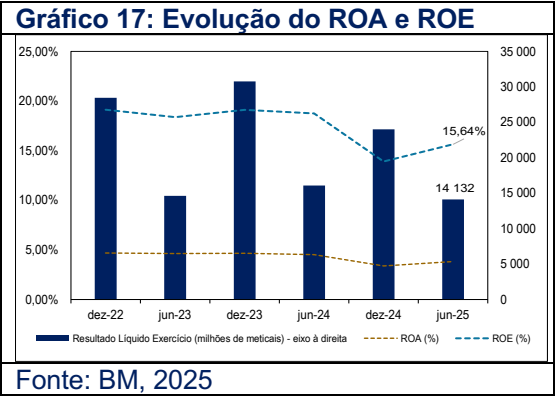
2.1.3.4. Rendibilidade

No período em análise, o resultado líquido atingiu o valor de 14,13 mil milhões de meticais, representando uma diminuição de 12,15 % em relação ao período homólogo do ano anterior.

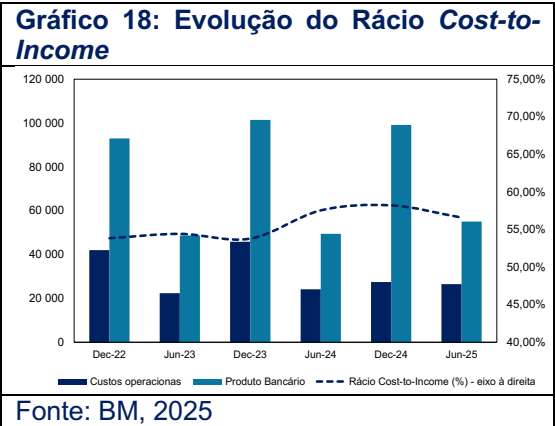
Esta variação deve-se, essencialmente, ao aumento de imparidades para créditos em 280,97 % comparativamente ao período homólogo do ano passado.

Com efeito, os indicadores de rendibilidade, designadamente ROA e ROE registaram redução comparativamente ao período homólogo do ano anterior, com o ROA a fixar-se em 3,83 % (4,52 % em Junho de 2024) e o ROE a fixar-se em 15,64

% (18,75 % em Junho de 2024) (Gráfico 17).



O rácio *cost-to-income* fixou-se em 56,59 % (57,55 % em Junho de 2024), o que mostra uma ligeira melhoria da eficiência bancária (Gráfico 18).



O rácio da margem financeira fixou-se em 66,19 %, após 66,25 % em Junho de 2024, o que significa que cerca de 2/3 do produto bancário provém da actividade de intermediação financeira.

2.1.3.5. Liquidez e Gestão de Fundos

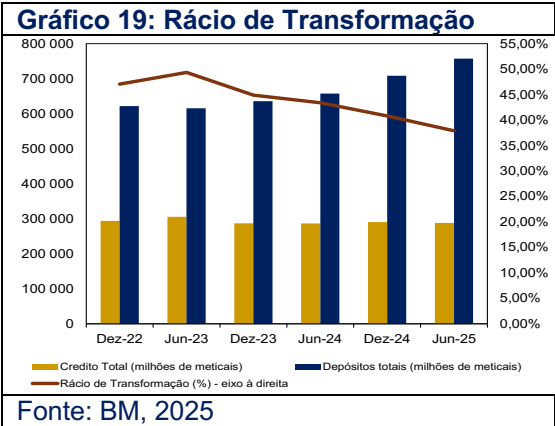
Em Junho de 2025, os indicadores de liquidez cresceram, quando comparados com os observados no final do ano 2024, assegurando a continuidade das operações de financiamento do sector bancário (Tabela 2).

Tabela 2: Principais Indicadores de Liquidez

Descrição	Dez-22	Jun-23	Dez-23	Jun-24	Dez-24	Jun-25
Rácio activos líquidos/Depósitos totais	69,49%	44,77%	49,62%	51,07%	52,56%	62,10%
Rácio activos líquidos/Total do activo	50,50%	30,72%	34,36%	34,92%	36,47%	44,09%
Rácio de cobertura de liquidez de curto prazo	69,79%	42,07%	47,42%	47,73%	49,64%	59,65%
Rácio de transformação de depósitos em crédito	47,06%	49,35%	44,90%	43,40%	40,82%	37,91%

Fonte: BM, 2025

O crescimento dos depósitos de clientes a um ritmo superior ao do crescimento do crédito reflectiu-se na redução do rácio de transformação dos depósitos em crédito, que passou de 40,90 %, em Dezembro de 2024, para 37,91 %, em Junho de 2025 (Gráfico 19).



Os depósitos continuaram a representar a principal e a mais estável fonte de financiamento do sector bancário, com um peso de 97,99 % do

total dos recursos, seguido de recursos de instituições de crédito, com 1,66 %, e as restantes fontes de financiamento com um peso residual (Tabela 3).

Tabela 3: Estrutura das Fontes de Financiamento do Sector Bancário						
	Dez-22	Jun-23	Dez-23	Jun-24	Dez-24	Jun-25
Depósitos	98,76%	95,15%	96,37%	97,08%	97,09%	97,99%
À ordem	59,62%	56,09%	57,24%	57,52%	60,35%	58,79%
À prazo	37,37%	37,18%	38,87%	39,34%	36,55%	39,03%
Outros	1,78%	1,87%	0,26%	0,22%	0,20%	0,18%
Recursos de Bancos Centrais	0,10%	2,22%	0,75%	0,04%	0,02%	0,02%
Empréstimos Subordinados	0,15%	0,16%	0,51%	0,37%	0,35%	0,33%
Recursos de instituições de crédito	0,99%	2,47%	2,38%	2,50%	2,54%	1,66%
Fonte: BM, 2025						

2.1.4. Instituições de Crédito Domésticas de Importância Sistémica⁵

No período em análise, o BM identificou três D-SIBs, designadamente BCI, BIM e Standard Bank, cujos indicadores de solidez financeira continuaram, no geral, em níveis confortáveis, com a excepção dos indicadores de qualidade dos activos (Tabela 5).

2.1.4.1. Adequação de Capital

Os D-SIBs cumpriram com os requisitos regulatórios de adequação de capital. Com efeito, os rácios de solvabilidade global e de base ascenderam a 25,83 % e 26,89 %, respectivamente, contra 27,25 % e 28,22 % observados em Dezembro de 2024, e continuaram com margens confortáveis para fazer face a desequilíbrios financeiros.

⁵ Segundo o Aviso n.º 10/GBM/2018, são aquelas cujo desequilíbrio financeiro ou insolvência pode causar uma

2.1.4.2. Qualidade de Activos

Em Junho de 2025, o rácio de NPL dos D-SIBs situou-se em 8,89%, acima da cifra do sistema (7,85%).

No mesmo período, o rácio de cobertura do NPL pelas provisões específicas fixou-se em 38,46 % (54,28 % do sector bancário).

2.1.4.3. Rendibilidade

O resultado líquido dos D-SIBs fixou-se em 8,88 mil milhões de meticais, representando uma diminuição de 17,07 % em relação ao observado em Junho de 2024. Apesar desta variação negativa dos resultados, o nível de rendibilidade mantém-se satisfatório, tendo-se o ROA fixado em 1,43 % e o ROE em 8,42 %.

2.1.4.4. Liquidez e Gestão de Fundos

Os depósitos dos D-SIBs cresceram 5,88 % no semestre, tendo-se situado em 480,43 mil milhões de meticais, dos quais 60,84 % correspondem a depósitos à ordem.

Os activos líquidos e os passivos de curto prazo dos D-SIBs aumentaram em 23,50 % e 4,03 %, respectivamente,

perturbação significativa no sistema financeiro e na actividade económica no seu todo.

comparativamente a Dezembro de 2024.

O crescimento, mais do que proporcional, dos activos líquidos dos D-SIBs face aos seus passivos de curto prazo, reflectiu-se no incremento do rácio de cobertura de liquidez de curto prazo, que se fixou em 62,25 % em Junho de 2025, após 52,44 % registados em Dezembro de 2024.

A evolução dos depósitos não compensada pelo desempenho positivo da carteira de activos contribuiu para o crescimento do rácio activos líquidos/depósitos totais, que ascendeu a 65,50 %, após 56,15 % registados no final do ano 2024 (Tabela 4).

Tabela 4: Indicadores de Solidez Financeira Seleccionados para D-SIBs						
Descrição	Jun-24		Dez-24		Jun-25	
	D-SIBs	Sistema	D-SIBs	Sistema	D-SIBs	Sistema
Adequação de capital						
Rácio de solvabilidade global	27,25%	23,34%	27,28%	26,11%	25,83%	25,26%
Rácio de solvabilidade de base	28,22%	23,87%	28,36%	26,82%	26,89%	25,97%
Qualidade de activos						
Rácio do NPL	7,75%	10,58%	7,95%	9,32%	8,89%	7,85%
Rácio de cobertura do NPL	49,81%	70,61%	45,12%	60,29%	38,46%	54,28%
Rendibilidade						
ROA	1,90%	4,64%	2,61%	3,38%	1,43%	3,83%
ROE	10,67%	18,38%	16,35%	13,91%	8,42%	15,64%
Liquidez e gestão de fundos						
Rácio de cobertura de liquidez de curto prazo	49,88%	42,07%	52,44%	49,64%	62,25%	59,65%
Rácio activos líquidos sobre depósitos totais	54,16%	44,28%	56,15%	52,56%	65,50%	62,10%
Rácio de transformação dos depósitos em crédito	35,20%	49,35%	34,15%	40,82%	31,87%	37,91%
Fonte: BM, 2025						

2.1.5. Instituições de Moeda Electrónica

Em Junho de 2025, a actividade do sector bancário continuou a ser marcada pelo desenvolvimento de novos produtos, expansão dos serviços financeiros e de canais de distribuição digitais, assim como crescimento da actividade das instituições de moeda electrónica (IME).

As disponibilidades em instituições de crédito registaram um crescimento de 2,00 % e 30 %, face a Dezembro e ao período homólogo de 2024, respectivamente, continuando expressivos na estrutura do activo patrimonial das IME.

Em Junho de 2025, os mesmos representavam um peso de cerca de 96,00 % dos activos totais, cifra igualmente registada em Dezembro e Junho de 2024.

Os recursos de clientes revelam uma tendência crescente e continuam a dominar a estrutura do passivo no balanço deste segmento de instituições, com um peso de 88,00 % sobre o total, contra 89% e 87,00 % registados em Dezembro e Junho de 2024, respectivamente.

Os resultados líquidos registaram uma redução de 24,00 % face ao período homólogo de 2024, ao se fixarem em 1,10 mil milhões de meticais, contra 1,44 mil milhões de meticais alcançados no período homólogo de 2024.

As comissões, que pela natureza das IME, são determinantes para a formação dos resultados, registaram um incremento de 13,00 %, ao passar para 3,06 mil milhões de meticais, no período em análise, contra 2,70 mil milhões de meticais em Junho de 2024, (Tabela 5).

Tabela 5: Posição do Balanço e Demonstração de Resultados das IME milhões de meticais							
Descrição	Jun-24	Peso (%)	Dez-25	Peso (%)	Jun-25	Peso (%)	Var. acumulada anual (y-o-y)
Disponibilidades em IC's	19 280,1	95,51%	24 647,4	95,68%	25 160,0	95,54%	2,04%
Outros activos	905,7	4,49%	1 113,5	4,32%	1 174,7	4,46%	5,21%
Activos totais	20 185,8		25 761,3		26 334,8		2,18%
Recursos de Clientes	11 946,0	86,54%	17 149,5	89,31%	15 541,2	88,29%	-10,35%
Outros passivos	1 858,8	13,46%	2 053,6	10,69%	2 061,7	11,71%	0,39%
Passivo Total	13 804,8		19 203,1		17 603,0		-9,09%
Margem Financeiro	315,9	9,43%	613,5	10,07%	268,7	8,84%	-128,33%
Comissões	2 704,9	80,75%	5 459,6	89,64%	3 061,5	100,68%	-78,33%
Resultados de operações financeiras	-21,2	-0,63%	-24,4	-0,40%	-2,7	-0,09%	-796,15%
Produto Bancário	3 349,7		6 090,6		3 040,9		-100,29%
Resultados Líquidos	1 442,4	43,06%	2 370,4	38,92%	1 101,6	36,22%	-115,18%

Fonte: BM, 2025

2.2. Fundos de Pensões⁶

O sector de fundos de pensões evidenciou, no período em análise, ser uma fonte de financiamento relevante para o sector do MVM e menos expressiva para o sector bancário, que possui uma base mais ampla de fontes de financiamento.

Devido às suas características, as instituições de gestão de fundos de pensões desempenham um papel contributivo positivo para a estabilidade financeira, através dos seus efeitos em cadeia, nomeadamente: (i) aumento da poupança; (ii) aumento da disponibilidade de capital estável e de longo prazo; e (iii) redução da volatilidade nos mercados de capitais.

2.2.1. Peso dos Depósitos dos Fundos de Pensões

A 30 de Junho de 2025, o montante de depósitos dos fundos de pensões (obrigatórios e complementares⁷) atingiu cerca de 2,69 mil milhões de meticais, que, comparado a Dezembro do ano precedente (3,34 mil milhões de meticais), reflecte uma redução em cerca de 19,46 %.

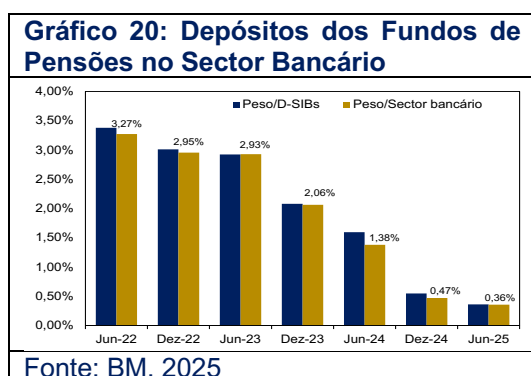
⁶ Constituído por fundos obrigatórios e complementares.

⁷ A segurança social complementar visa reforçar as prestações da segurança social obrigatória (Decreto n.º 25/2009, de 17 de Agosto, do Conselho de Ministros).

Esta redução está associada ao aumento de investimentos, pelos fundos de pensões, em instrumentos de longo prazo transaccionados no MVM, em detrimento de aplicações de curto prazo no sector bancário.

No período em referência, o peso dos depósitos dos fundos de pensões sobre o total dos depósitos do sector bancário foi de 0,36 %, contra 0,47 % registados em Dezembro de 2024 (Gráfico 20).

Esta redução do peso dos depósitos junto ao sistema bancário vem demonstrar que os recursos dos fundos de pensões tendem a ser uma fonte de financiamento de menor peso, com impacto pouco expressivo na avaliação do risco no sector bancário.



2.2.2. Peso dos Fundos de Pensões no MVM

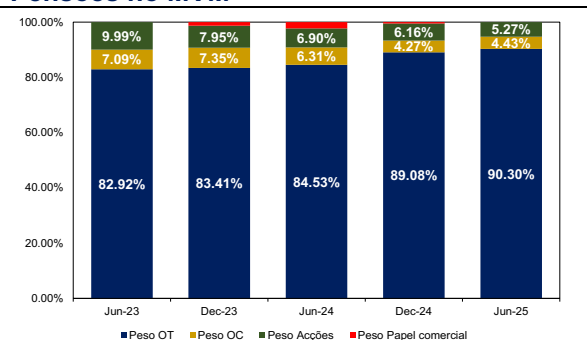
O peso do valor dos títulos na posse dos fundos de pensões sobre o total do valor dos títulos no MVM evidenciou uma tendência crescente (Gráfico 24).

No período em análise, o peso do valor dos títulos detidos pelos fundos de pensões sobre o total dos títulos do MVM foi de 36,52 %, o que representa um aumento de 6,05 pp, comparativamente a Dezembro de 2024 (30,47 %).

Esta tendência, em sentido diferente daquela observada com relação à dinâmica do peso dos depósitos dos fundos de pensões sobre o total dos depósitos do sector bancário, atesta que os gestores destes fundos estão cada vez mais a investir os seus recursos no MVM, em detrimento dos depósitos bancários.

À semelhança do apetite ao risco soberano evidenciado pelo sector bancário, os investimentos dos fundos de pensões no MVM também estão concentrados nas obrigações do Tesouro (OT), em detrimento dos outros títulos disponíveis no mercado de capitais, ficando desta forma, também, expostos ao risco soberano (Gráfico 21).

Gráfico 21: Aplicações dos Fundos de Pensões no MVM



Fonte: BM, 2025

2.3. Sector de Seguros

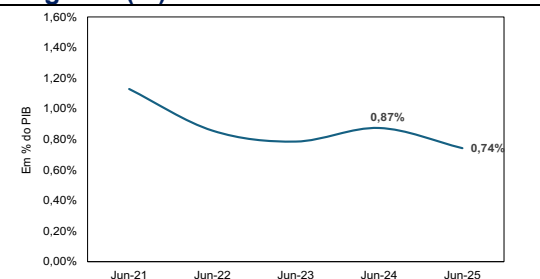
No primeiro semestre de 2025, o sector de seguros registou uma produção global de 10,80 mil milhões de meticaís, que corresponde a uma queda de 4,00 %, comparativamente a igual período de 2024. Esta queda é reflexo da redução do volume de negócios nos ramos vida e não vida em 18,00 % e 6,00 %, respectivamente.

A redução do volume de negócios das seguradoras foi fortemente determinada pela expressiva redução das subscrições de serviços de seguros em quase todas as componentes dos ramos não vida, com a excepção do seguro aéreo e de transporte de mercadorias.

Em termos absolutos, no semestre em análise, a produção total reduziu-se em cerca de 896 milhões de meticaís.

O peso da produção do sector de seguros sobre o produto interno bruto (PIB) foi de 0,74 % em Junho de 2025, revelando ligeira redução comparativamente ao período homólogo de 2024, cujo peso se fixou em 0,87 % (Gráfico 22).

Gráfico 22: Produção Global do Sector de Seguros (%)



Fonte: ISSM⁸, 2025

2.3.1. Crédito da Banca ao Sector de Seguros

Os créditos contraídos pelas empresas do sector de seguros representaram, em Junho de 2025, um valor de 0,16 % da carteira total de crédito do sector bancário (Tabela 6).

Tabela 6: Crédito Concedido às Seguradoras – Junho de 2025

	milhões de meticaís	
	D-SIB's	Sistema
Total do Crédito Concedido às Seguradoras	240,06	462,27
Crédito Total	201 755,75	288 093,34
Peso	0,12%	0,16%

Fonte: BM, 2025

⁸ Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique.

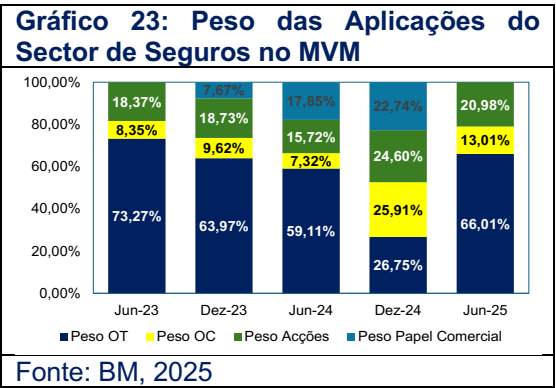
Por outro lado, o crédito segurado representa 32,22 % da carteira total de crédito do sector bancário, correspondente a 92,83 mil milhões de meticais, dos quais 27,64 % são detidos pelos D-SIBs (Tabela 7).

Tabela 7: Crédito Segurado – Junho de 2025		
	milhões de meticais	
	D-SIB's	Sistema
Total Crédito Segurado	55 762,77	92 825,64
Crédito Total	201 755,75	288 093,34
Peso sobre o Crédito Total	27,64%	32,22%

Fonte: BM, 2025

2.3.2. Peso das Aplicações do Sector de Seguros no MVM

À semelhança do apetite ao risco soberano evidenciado pelo sector bancário, os investimentos do sector de seguros, no MVM, estão maioritariamente concentrados nas OT, que representam 66,01 % (contra 26,75 % em Dezembro de 2024), em detrimento dos outros títulos disponíveis no mercado de capitais, ficando, desta forma, igualmente expostos ao risco soberano (Gráfico 23).



⁹ Papel comercial é um título representativo de dívida de curto prazo (até 1 ano) transaccionado no mercado de capitais, onde as empresas obtêm os recursos financeiros mediante o pagamento de uma taxa de juros e a devolução do valor investido até ao final do período do empréstimo.

Entretanto, a ausência, no semestre em apreço, do papel comercial⁹ na capitalização bolsista – que seria outro instrumento preferencial para as seguradoras, devido à sua natureza de instrumento mais líquido ou de curtíssimo prazo (menor que um ano) – induz a um aumento da proporção das aplicações do sector de seguros em OT.

Com efeito, o peso do papel comercial no MVM em Junho de 2025 foi de apenas 0,85 %, contra 1,61 % em Dezembro de 2024 (Gráfico 26).

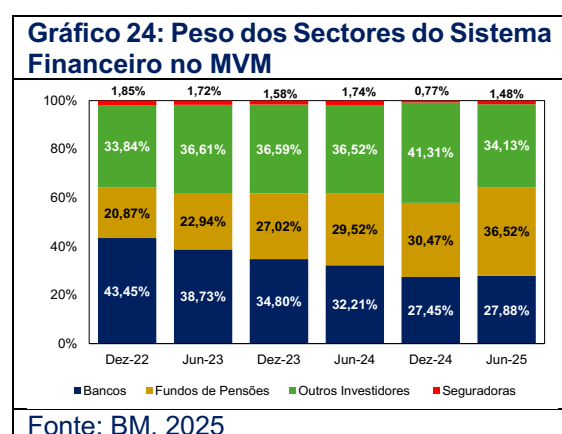
2.4. Mercado de Valores Mobiliários

Em Junho de 2025, a capitalização bolsista do MVM situou-se em 200,31 mil milhões de meticais, contra 212,41 mil milhões de meticais de Dezembro de 2024, representando um peso de 13,78 % e 14,61 % no PIB¹⁰ nominal, respectivamente.

A actividade do MVM é sustentada, fundamentalmente, por instituições integrantes do sistema financeiro, que estão na posse de 65,87 % (58,69 % em Dezembro de 2024) do valor das

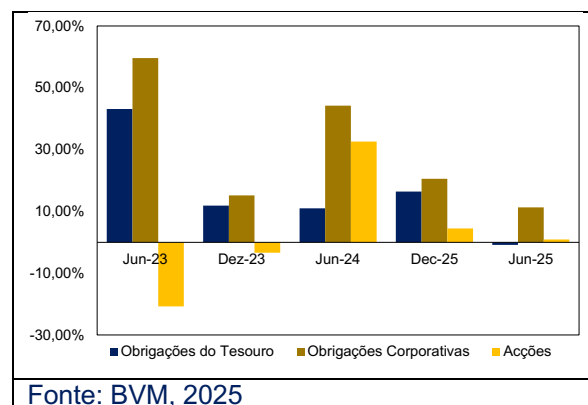
¹⁰https://www.ine.gov.mz/web/guest/d/pib_optica_despesa-30-05-2025

aplicações. Com efeito, o sector de fundos de pensões detém 36,52 % (30,47 % em Dezembro de 2024) do valor das aplicações no MVM, seguido do sector bancário com 27,88 % (27,45 % em Dezembro de 2024) e do sector de seguros com 1,48% (0,77 % em Dezembro de 2024). Os restantes 34,13% (41,31 % em Dezembro de 2024) estão na posse de diferentes investidores de outra natureza (Gráfico 24).



A dinâmica observada no MVM no período em análise resulta da redução da capitalização bolsista no segmento de OT em 0,83 % (1,45 mil milhões de meticais), atenuada pelo aumento da capitalização bolsista nos segmentos de obrigações corporativas em 11,29 % (0,7 mil milhões de meticais) e acções em 0,9 % (0,17 mil milhões de meticais) (Gráfico 25).

Gráfico 25: Capitalização Bolsista



A redução da capitalização bolsista das OT deveu-se fundamentalmente ao facto de o vencimento de OT ter superado o volume de novas emissões, resultando numa emissão líquida negativa de 2,10 mil milhões de meticais.

No entanto, o impacto resultante dessa emissão líquida negativa foi ligeiramente amortecido por oscilações de preços, devido a dinâmicas do mercado, com impacto positivo de 0,67 mil milhões de meticais na capitalização bolsista das OT.

Por seu turno, a evolução da capitalização bolsista das obrigações corporativas foi fundamentalmente influenciada pela emissão líquida de títulos no montante de 0,71 mil milhões de meticais, devido ao maior recurso das empresas a esta janela, para fazer face às suas necessidades de financiamento.

Este incremento foi ligeiramente compensado por uma redução da capitalização bolsista, na magnitude de 1,90 milhões de meticais, resultante de oscilações de preços, típicas das dinâmicas do mercado.

No respeitante ao mercado de acções, a flutuação de preços foi o principal elemento explicativo da dinâmica observada no período em análise, tendo sido responsável pelo aumento da capitalização bolsista deste segmento em cerca de 0,17 mil milhões de meticais.

De referir que as acções da CDM e Emose registaram valorização, contrabalançando o efeito negativo de desvalorização das acções de outras empresas cotadas na Bolsa de Valores.

O impacto positivo do aumento de preços das acções, retromencionado, foi ligeiramente compensado pela saída do mercado bolsista de algumas empresas, cujas acções, correspondiam a uma capitalização bolsista de cerca de 1,35 milhões de meticais.

Em Junho de 2025, as OT representaram 86 % da capitalização bolsista, após 87,22 % em Dezembro

de 2024, o que sinaliza, de forma persistente, o financiamento do Estado com recurso a este segmento de mercado (Gráfico 26).

Este comportamento, associado ao aumento da dívida pública interna com recurso à utilização de BT e financiamento directo junto à banca nacional (Gráfico 27), incrementa o risco soberano, com potencial influência no risco sistémico e, por conseguinte, na estabilidade financeira.

Relativamente ao volume de transacções por categoria de títulos cotados na bolsa, as OT voltaram a registar o maior peso, em Junho de 2025, com 98,84 % do total, contra 99,80 % em Dezembro de 2024 (Gráfico 28).

Por outro lado, o reduzido volume de transacções nos segmentos das acções e obrigações corporativas sugere que o mercado de capitais continua a ser menos utilizado como alternativa para o financiamento à economia.

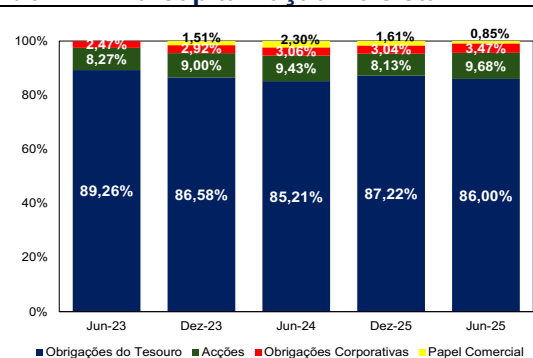
Ademais, o segmento das OT constitui a maior representatividade no número de instrumentos cotados por cada

segmento do MVM (Tabela 8).

Esta dinâmica não favorece o alargamento das alternativas de financiamento para as empresas, o que, eventualmente, poderia, em alguns períodos, contribuir para a redução do custo de financiamento destas.

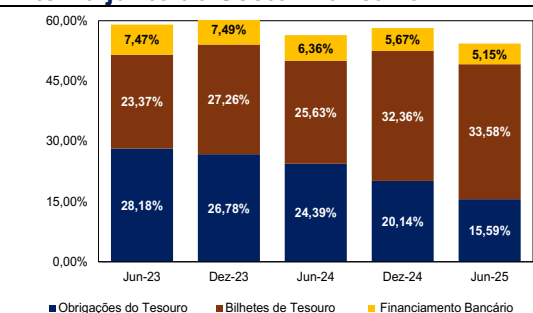
Com efeito, nos últimos quatro semestres, as taxas de juro das obrigações corporativas foram mais atractivas comparativamente à taxa *prime* (Gráfico 29).

Gráfico 26: Peso dos Diversos Segmentos do MVM na Capitalização Bolsista



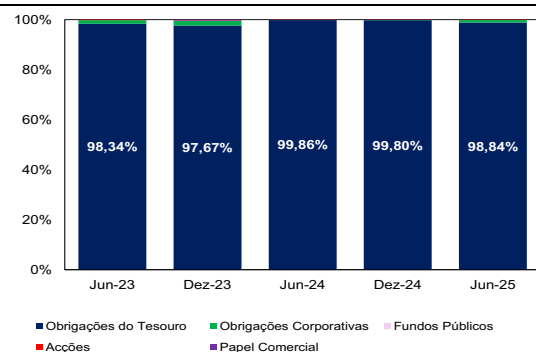
Fonte: BVM, 2025

Gráfico 27: Estrutura da Dívida Pública Interna junto ao Sector Bancário



Fonte: MEF e BM, 2025

Gráfico 28: Peso do Volume de Transacções por Categoria de Valores Mobiliários



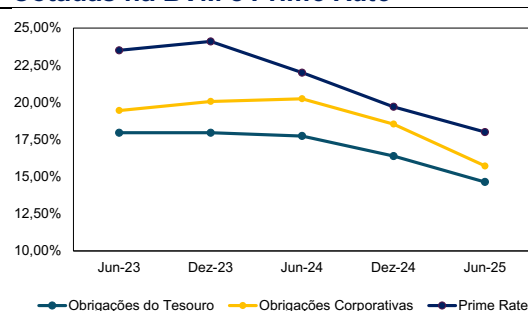
Fonte: BVM, 2025

Tabela 8: Emissões Cotadas na BVM

	Jun-23	Dez-24	Jun-24	Dez-24	Jun-25
Obrigações do Tesouro	40	43	46	50	47
Obrigações Corporativas	13	16	18	18	19
Fundos Públicos	0	0	0	0	0
Acções	13	16	16	16	13
Papel Comercial	0	9	12	7	4
Total	66	84	92	91	83

Fonte: BVM, 2025

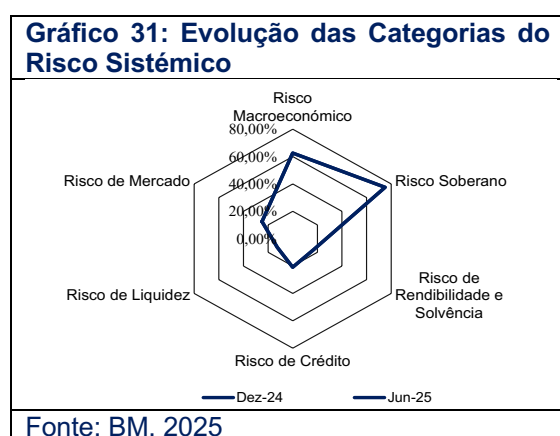
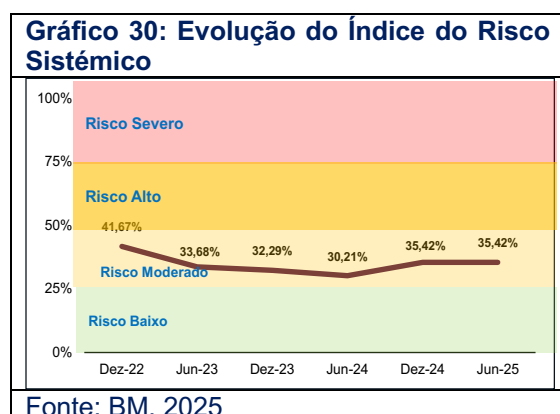
Gráfico 29: Taxas de Juros das Obrigações Cotadas na BVM e Prime Rate



Fonte: BM e BVM, 2025

III. AVALIAÇÃO DO RISCO SISTÊMICO

Em Junho de 2025, o índice de risco sistémico¹¹ permaneceu no nível moderado, tendo-se fixado em 35,42 %, cifra igualmente observada em Dezembro de 2024 (Gráfico 30).



Este comportamento é explicado pela manutenção dos níveis de risco em todas as componentes do risco sistémico (Gráfico 31).

A avaliação das diferentes categorias de risco permite constatar o seguinte:

3.1. Risco macroeconómico

O risco macroeconómico permaneceu no nível de risco alto, influenciado pelos seguintes factores:

- No segundo trimestre de 2025, o PIB registou uma contracção anual de 0,9 %, após 5,68 % no último trimestre de 2024, tendo, no entanto, permanecido no nível de risco severo.
- A inflação anual permaneceu em 4,15 %, a mesma cifra registada em Dezembro de 2025, tendo permanecido no nível de risco moderado.

3.2. Risco soberano

Em Junho de 2025, o risco soberano permaneceu no nível severo.

A prevalência do risco soberano no nível severo decorre da pressão sobre o endividamento público. O rácio do crédito ao Governo sobre o crédito total permaneceu no nível severo, em 44,84 %, contra 46,01 % em Dezembro de 2024.

¹¹ Este índice varia de 0 % a 100 %. À medida que se aproxima de 0 % reduz o risco sistémico, e vice-versa.

Por outro lado, o rácio dívida pública sobre o PIB permaneceu no nível de risco alto, tendo a sua cifra passado de 71,79 % para 73,81 %, de Dezembro de 2024 para Junho de 2025.

3.3. Risco de rendibilidade e solvência

O risco de rendibilidade e solvência manteve-se no nível baixo.

Os indicadores de rendibilidade mostram que o sector bancário teve um desempenho financeiro positivo, a avaliar pela estabilidade do ROA e do ROE durante o período em análise¹².

No que respeita à solvência, o sector manteve-se robusto e adequadamente capitalizado¹³.

3.4. Risco de crédito

O risco de crédito permaneceu no nível baixo, em Junho de 2025.

A manutenção do risco de crédito é justificada pela permanência do rácio de NPL no nível moderado, bem como pela manutenção do hiato crédito à economia sobre o PIB e do crescimento do crédito à economia (CE) no nível baixo.

¹² Vide 2.1.3.4.

¹³ Vide 2.1.3.1.

Importa referir, adicionalmente, que o hiato do CE/PIB permaneceu em território negativo, sinalizando que o rácio do CE/PIB continua abaixo da sua tendência de longo prazo.

3.5. Risco de liquidez

O risco de liquidez permaneceu no nível baixo.

O rácio de transformação dos depósitos em crédito teve uma redução durante o semestre e permaneceu no nível de risco baixo¹⁴.

Por sua vez o rácio de cobertura de liquidez de curto prazo registou um aumento no período em análise, e manteve-se no nível de risco baixo.

3.6. Risco de mercado

O risco de mercado manteve-se no nível moderado, em Junho de 2025.

A permanência do risco de mercado é justificada pela redução da *prime rate* do sistema financeiro, no contexto do ciclo de normalização da taxa MIMO iniciado em Janeiro de 2024.

Os demais indicadores, designadamente, volatilidade cambial Metical/USD, rácio de crédito em

¹⁴ Vide 2.1.3.5.

moeda estrangeira sobre crédito total e rácio de depósitos em moeda estrangeira sobre depósitos totais, mantiveram-se estáveis no nível de risco baixo.

3.7. Perspectivas de evolução do risco sistémico

As perspectivas de evolução do risco sistémico no curto e médio prazos consubstanciam-se no seguinte:

O **risco macroeconómico** pode evoluir favoravelmente, tendo em consideração as projecções de inflação em um dígito e de crescimento económico moderado no médio prazo.

Contudo, prevalecem incertezas quanto aos impactos do agravamento da situação fiscal e dos choques climáticos, que podem influenciar negativamente os principais indicadores macroeconómicos, com potencial impacto no risco sistémico.

Relativamente ao risco soberano prevê-se que se mantenha no nível severo, assumindo a contínua pressão sobre o endividamento público interno e a prevalência da instabilidade militar em alguns distritos de Cabo Delgado.

No respeitante ao **risco de rendibilidade e solvência**, os

respectivos indicadores apontam para a manutenção do nível de risco baixo desta categoria, uma vez que não se antevê, a curto e médio prazos, redução dos níveis actuais.

Quanto ao **risco de crédito**, o ciclo de normalização da taxa MIMO iniciado em Janeiro de 2024 está a influenciar favoravelmente o custo do crédito, via ajustamento em baixa da *prime rate* do sistema financeiro, com impacto directo na melhoria da qualidade do activo.

No concernente ao **risco de liquidez**, prevê-se que este permaneça estável, no curto prazo, assumindo que se mantenha a dinâmica recente da taxa de transformação dos depósitos em crédito.

Perspectiva-se a redução **do risco de mercado do nível moderado para o nível baixo**, como resultado da manutenção da estabilidade cambial e continuação da redução da *prime rate*, decorrente da postura de normalização da taxa MIMO.

A conjugação das perspectivas de evolução das componentes do risco sistémico aponta para a manutenção do índice de risco sistémico no nível moderado, no curto e médio prazos.

IV. VULNERABILIDADES DO SISTEMA FINANCEIRO

O sistema financeiro registou um desempenho positivo no primeiro semestre de 2025, apesar da prevalência de vulnerabilidades globais e domésticas.

Durante o período em análise, o sistema financeiro doméstico ressentiu-se da pressão sobre o endividamento público, da instabilidade militar em alguns distritos da província de Cabo Delgado, da tensão pós-eleitoral e dos factores climáticos adversos.

Endividamento público

A pressão sobre o endividamento público manteve-se no semestre, com enfoque para a componente interna (Tabela 9), reflectindo a utilização de OT e bilhetes do Tesouro (BT) com objectivo de financiar o défice de tesouraria.

Tabela 9: Stock da dívida pública					
milhões de USD					
	2021	2022	2023	2024	Jun-25
Dívida Externa	10 391,60	10 060,50	10 292,00	9 960,08	8 825,59
Dívida Interna	3 563,40	4 406,60	4 910,50	6 368,26	6 963,92
Total da dívida	13 955,00	14 467,10	15 202,50	16 328,34	16 789,51
Fonte: MEF, 2025					

Instabilidade militar em alguns distritos da província de Cabo Delgado

A instabilidade militar continuou a afectar alguns distritos da província de

Cabo Delgado, o que condicionou os canais de distribuição de bens e serviços, com impacto negativo nas actividades dos agentes económicos e na confiança dos investidores. Adicionalmente, a persistência da instabilidade incrementou os custos com a segurança e o reassentamento da população deslocada.

Tensão pós-eleitoral

Os efeitos da tensão pós-eleitoral sobre a maior parte dos sectores de actividade influenciou o desempenho da economia, no semestre em análise, afectando o volume de negócios, por conta da restrição no movimento de pessoas e bens.

Factores climáticos adversos

Em Janeiro e Março de 2025, o País foi afectado pelos ciclones Dikeledi e Jude, respectivamente, cujos impactos se traduziram na destruição de edifícios públicos e privados, infra-estruturas e unidades de produção, contribuindo deste modo para o aumento dos riscos físicos e dos custos de recuperação e reconstrução.

Os ciclones que afectam de forma recorrente o País influenciam negativamente a capacidade dos mutuários afectados de honrarem os

seus compromissos junto ao sector bancário, materializando o impacto das mudanças climáticas sobre o sistema financeiro, em particular, e a economia, em geral.

Caixa 2: Regulamentação dos Riscos Relacionados com as Mudanças Climáticas

O impacto das mudanças climáticas tem-se manifestado globalmente com o aumento da frequência e da severidade de eventos climáticos extremos, como inundações, secas, temperaturas extremas, tempestades de vento, entre outros.

Os bancos centrais, a nível mundial, estão especialmente preocupados com esta tendência visto que os efeitos adversos das mudanças climáticas são transmitidos ao sistema financeiro, resultando no aumento do risco sistémico, com impacto adverso na economia real.

Nesse sentido, há razões convincentes para que os bancos centrais compreendam o impacto dos riscos climáticos na execução dos seus mandatos, a fim de poderem tomar decisões estratégicas devidamente informadas, tendo em vista garantir a estabilidade de preços e preservar a estabilidade financeira.

A nível global, vários bancos centrais têm trabalhado em conjunto para abordar o impacto das mudanças climáticas, por via da aprendizagem entre pares, do intercâmbio de boas práticas e da difusão do conhecimento.

Com efeito, reconhecendo cada vez mais o risco climático como uma ameaça fundamental à estabilidade financeira, com potencial impacto nas suas funções principais, os bancos centrais, em resposta, estão a desenvolver orientações e ferramentas para ajudar as instituições financeiras a gerir estes riscos, com foco na integração dos riscos climáticos e ambientais na tomada de decisões estratégicas, nos quadros de gestão de riscos e nas práticas operacionais.

As principais componentes destas orientações incluem a compreensão dos riscos físicos e de transição, a realização de testes de esforço climático, a melhoria da recolha de dados sobre os riscos climáticos e o aumento da transparência através de divulgações, frequentemente orientadas por iniciativas internacionais como a *Networking for Greening Financial System*¹⁵ (NGFS) e a *Task Force on Climate-Related Financial Disclosures* (TCFD)¹⁶.

Nessa perspectiva, o BM está a desenvolver orientações para as instituições financeiras, sobre os procedimentos de gestão dos riscos climáticos, para fazer face ao crescente impacto das alterações climáticas no sistema financeiro e na economia.

Para fortalecer o documento orientador, o BM realizou uma consulta pública sobre estes procedimentos, em Novembro de 2024, e elaborou, como resultado, um aviso regulamentar para exigir que as instituições supervisionadas integrem a identificação, avaliação, mitigação e monitorização dos riscos climáticos nos seus quadros de gestão de risco.

Esta iniciativa visa fortalecer a resiliência do sistema financeiro moçambicano face às mudanças climáticas, ao permitir que se possa: (i) adoptar medidas para identificar, avaliar e monitorar os riscos climáticos susceptíveis de afectar as suas operações; (ii) implementar estratégias de mitigação do risco climático e (iii) promover uma cultura de risco organizacional para minorar os impactos das mudanças climáticas sobre a estabilidade financeira.

¹⁵ Rede para a Ecologização do Sistema Financeiro.

¹⁶ Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas com o Clima.

V. DECISÕES DE POLÍTICA MACROPRUDENCIAL

O Comité de Estabilidade e Inclusão Financeira decidiu, em face da avaliação do risco sistémico e da conjuntura macrofinanceira doméstica e internacional, manter inalteradas as medidas de política macroprudencial em vigor para a preservação da estabilidade financeira, designadamente:

- Constituição de uma reserva de capital adicional pelas instituições classificadas como D-SIBs e Quase D-SIBs, fixada em 2,0 % e 1,0 %, respectivamente;
- Limite de 100,0 % no rácio entre o montante dos empréstimos garantidos por um determinado bem e o valor do mesmo bem (LTV);
e
- Limite de 100 % no rácio entre o montante das prestações mensais dos créditos do mutuário e o seu rendimento líquido mensal (DTI).

Caixa 3: A Avaliação dos Planos de Recuperação no Contexto da Estabilidade Financeira

A salvaguarda da estabilidade financeira pelos bancos centrais traduz-se, no plano macroprudencial, na avaliação regular das fontes de risco sistémico, por um lado, e, por outro, na identificação de fenómenos ou práticas que possam dar origem a desequilíbrios financeiros com potencial de degenerar em crises sistémicas. Neste contexto, reveste-se de suma importância a actuação tempestiva através de políticas e instrumentos de natureza preventiva e correctiva.

Neste âmbito, com as alterações introduzidas pela reforma do regime geral das instituições de crédito e sociedades financeiras (aprovadas pela Lei n.º 20/2020, de 31 de Dezembro), o BM passou a dispor de novos mecanismos e instrumentos de actuação para salvaguarda da estabilidade financeira, que lhe permitem actuar tempestiva e preventivamente sobre instituições consideradas inviáveis, em risco de inviabilidade ou de insolvência, visando a recuperação, a resolução ou a liquidação das mesmas, minimizando repercussões negativas na economia.

A planificação da recuperação das instituições financeiras destaca-se como um dos mecanismos com potencial para contribuir, de forma eficaz, para a estabilidade financeira, sendo por isso que o legislador conferiu competências ao BM para obrigar as instituições sob sua supervisão a elaborar e apresentar, anualmente, planos de recuperação para avaliação.

Os planos de recuperação asseguram que as instituições possam restabelecer atempadamente a viabilidade, particularmente em períodos ou situações de dificuldades financeiras graves (*stress*), permitindo que as mesmas possam planear antecipadamente a sua resposta a tais situações e garantir que estejam em condições de responder de forma mais célere e estruturada. Deste modo, os planos de recuperação podem ser considerados como uma componente essencial na promoção e salvaguarda da estabilidade financeira.

Nesta caixa pretende-se dar a conhecer as acções desenvolvidas pelo BM no âmbito da preservação da estabilidade financeira, com particular enfoque na vertente da planificação da recuperação pelas instituições financeiras e os resultados alcançados após 3 (três) ciclos sucessivos de avaliação dos planos de recuperação¹⁷.

Através do Aviso n.º 2/GBM/2022, de 31 de Maio, foi regulamentado o conteúdo dos planos de recuperação com o objectivo de identificar as medidas susceptíveis de serem adoptadas para corrigir oportunamente uma situação em que a instituição se encontre em desequilíbrio financeiro, ou em risco de o ficar, detalhando-se os elementos informativos que os planos de recuperação devem conter. Por seu turno, foram elencadas na Circular n.º 3/EFI/2022, de 29

de Julho, as directrizes que devem ser observadas pelas instituições na elaboração dos seus planos de recuperação.

A avaliação dos planos de recuperação permitiu ao BM tirar algumas ilações sobre as práticas observadas, com destaque para os seguintes domínios: opções de recuperação, capacidade de recuperação global, indicadores de recuperação e cenários de esforço. Os planos denotaram um conjunto de melhoria na sua apresentação, com destaque para os conteúdos que devem constar dos módulos que compõem a sua estrutura.

Contudo, persistem desafios relacionados com a avaliação da capacidade global de recuperação, a articulação entre os componentes dos planos e a calibração dos indicadores de alerta e de activação, cuja precisão é essencial para garantir a sua implementação eficaz.

O BM continuará a monitorar a evolução dos planos de recuperação, a promover a sua melhoria contínua e a reforçar a supervisão macroprudencial, com vista à consolidação da estabilidade financeira e à prontidão institucional para enfrentar riscos emergentes.

¹⁷ No cumprimento do dever de apresentação dos planos de recuperação ao BM, os Bancos procederam ao reporte em 2022, 2023 e 2024, tendo sido objecto de avaliação da sua adequação.

Glossário

Activos ponderados pelo risco – expressão conhecida internacionalmente por *risk weighted asset* (RWA), corresponde ao resultado da ponderação de cada activo por um coeficiente de risco para efeitos de cálculo do rácio de solvabilidade. A sua determinação obedece aos requisitos estipulados no Aviso n.º 09/GBM/2017, de 05 de Junho.

Cost-to-income – indicador calculado pela relação entre custos operacionais e o produto bancário, que mede a eficiência da organização.

Debt-to-income (DTI) – rácio entre o montante da prestação mensal calculada com todos os empréstimos do cliente e o(s) seu(s) rendimento(s) mensal(is).

Fundos próprios – conceito utilizado na supervisão bancária como referência fundamental para a aplicação de vários rácios e diversas normas prudenciais.

Imparidades – com origem no termo em inglês *impairment*, corresponde ao valor contabilístico registado nas demonstrações financeiras para fazer face a perdas esperadas relacionadas com os activos. Este montante deve ser deduzido do valor do respectivo activo, com o objectivo de corrigir o seu valor tendo em conta a probabilidade de perdas associadas.

Índice de volatilidade global dos mercados de acções (VIX) - o índice de Volatilidade S&P 500, também conhecido como CBOE *Volatility Index* ou VIX, é um indicador que mede a volatilidade esperada do mercado de acções dos EUA. Valores mais altos indicam uma expectativa de maior volatilidade e incerteza, enquanto valores mais baixos sugerem maior confiança e estabilidade.

Loan-to-value (LTV) – rácio entre o montante total dos contratos de crédito garantidos por um determinado bem e o preço de aquisição ou o valor da avaliação do bem dado em garantia para crédito.

MSCI World (Morgan Stanley Capital International) – o Índice Morgan Stanley Capital International é formado por acções corporativas de médio e grande porte com actuação global ou em economias avançadas num universo de 23 países (Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Hong Kong, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Holanda, Nova Zelândia, Estados Unidos da América, Noruega, Portugal, Singapura, Suécia, Suíça e Reino Unido). O MSCI World é um índice ponderado pela capitalização bolsista, o que significa que as empresas de maior dimensão têm uma maior influência no

seu desempenho, proporcionando aos investidores uma ampla exposição às principais economias.

NPL – sigla em inglês da expressão *non-performing loans*. Corresponde aos créditos não produtivos, ou seja, créditos que não geram fluxos positivos e rendibilidade aos bancos.

Produto bancário – conjunto das receitas operacionais recebidas por uma instituição financeira: comissões, juros, *trading*, operações interbancárias.

Provisões regulamentares – valores reconhecidos para fazer face a perdas relacionadas com as actividades das instituições financeiras. Estas são constituídas de acordo com o regime prudencial determinado pelas autoridades de supervisão.

Rácio de solvabilidade – quociente entre fundos próprios e os activos ponderados pelo risco.

Riscos – factores associados a incertezas e que, em caso da sua materialização, apresentam impactos no capital e nos resultados.

ROA – sigla em inglês de *return on assets*, correspondente à rendibilidade dos activos, que se obtém pela divisão do resultado líquido pelo activo total e mede o lucro gerado por cada unidade monetária de activos.

ROE – sigla em inglês de *return on equity*, correspondente à rendibilidade dos capitais próprios, que se obtém pela divisão do resultado líquido pelos capitais próprios.

Tier I – expressão em inglês que corresponde aos fundos próprios de base (Nível 1), os quais incluem o capital de melhor qualidade (capital social, reservas e resultados transitados), que responde em primeira linha aos compromissos assumidos pela instituição.

Tier II – expressão em inglês que corresponde aos fundos próprios complementares (Nível 2), constituídos por elementos de capital que não são fundos próprios de base, e podem ser mobilizados para absorver perdas (empréstimos subordinados, reservas de reavaliação, entre outros).

Vulnerabilidades – conjunto de características que evidenciam as fraquezas de um determinado sistema.

Sector bancário – conjunto de instituições de crédito que visam a intermediação financeira, através da captação de depósitos e concessão de crédito.

Sistema financeiro – conjunto de instituições financeiras que operam em Moçambique, supervisionadas pelo BM e pelo Instituto de Supervisão de Seguros.

Anexo 1: Principais Indicadores de Solidez Financeira

Descrição	Dez-22	Jun-23	Dez-23	Jun-24	Dez-24	Jun-25
Adequação de capital						
Rácio de solvabilidade agregado	26,96 %	23,34 %	25,68 %	26,33 %	26,11 %	25,26 %
Rácio de solvabilidade de base	27,52 %	23,87 %	26,65 %	27,01 %	26,84 %	25,97 %
Rácio de alavancagem	12,76 %	12,54 %	13,32 %	13,48 %	12,52 %	11,78 %
Qualidade de activos						
Rácio de NPL	8,97 %	10,58 %	8,23 %	8,30 %	9,35 %	7,85 %
Rácio de cobertura do NPL (eixo à direita)	71,84 %	70,61 %	66,02 %	67,84 %	60,29 %	54,28 %
Rendibilidade						
ROA	4,69 %	4,64 %	4,66 %	4,52 %	3,61 %	3,83 %
ROE	19,13 %	18,38 %	19,11 %	18,75 %	14,99 %	15,64 %
Rácio da margem financeira	68,49 %	69,03 %	63,87 %	66,25 %	66,68 %	66,19 %
Rácio <i>cost-to-income</i>	53,84 %	54,42 %	53,79 %	57,55 %	53,79 %	58,22 %
Liquidez e gestão de fundos						
Rácio activos líquidos/depósitos totais	69,49 %	44,77 %	49,62 %	51,07 %	52,56 %	62,10 %
Rácio activos líquidos/total do Activo	50,50 %	30,72 %	34,36 %	34,92 %	36,45 %	44,09 %
Rácio de cobertura de liquidez de curto prazo	69,79 %	42,07 %	47,42 %	47,73 %	49,62 %	59,65 %
Rácio de transformação dos depósitos em crédito	47,06 %	49,35 %	44,90 %	43,40 %	40,90 %	37,91 %

